



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA
DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

LOCAL: Virtual

DATA: 21 de agosto de 2023

HORÁRIO: 13h30min

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Fábio Gaudenzi Faria (SUV), Diogo Demarchi (Secretário Adjunto de Estado da Saúde), Lourdes Remor (CIB), Arieli Fialho (GEDIM), Marlei Debiasi (LACEN), João Augusto Fuck (DIVE), Lucélia Ribas (DIVS), Ivânia da Costa Folster (GEZOO), Regina Del Castel Pinheiro (DIVS), Aline Vitali Grando (GEDIC), Arieli Fialho (GEDIM), Ivânia Folster (DIVE), Cristine Durante (DIVS), Eduardo Silva Bastos (DIVS), Valdete da Silva (DAPS), Amanda de Abreu (SUV), Michele Telles (DIVS).

COSEMS: Maria Cristina Willemann (COSEMS), Adriana Ribeiro (Balneário Camboriú), Samuel Bucco (Criciúma), Daniel (Blumenau), Carolina (Guabiruba), Veridiane Barbosa (Balneário Camboriú), Allisson Domingos e Cristiane Soares (Joinville), Franciele Wippel (Blumenau), Rafaela Marques Lopes (Blumenau), Lucas Eduardo Brojan (Região Nordeste), Rogério Caloni (Balneário Camboriú), Carla Petry (Alto Uruguai Catarinense), Juliana Rigo (Blumenau), Carlos Bras Brusarello (Médio Vale do Itajaí), Jussara Fátima Girardi (Alto do Vale do Rio do Peixe/Caçador), Alana Stols (Região Carbonífera), Adriana Nunes Nogueira (Blumenau), Clemilson de Souza (Cosems), Tamara Bellettini (Jacinto Machado).

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: FABIO GAUDENZI FARIA

PAUTA

1. Ações previstas para o período interepidêmico das arboviroses em SC; (DIVE) e;
2. Microplanejamento para as atividades de vacinação de alta qualidade. (DIVE);
3. Encaminhamentos sobre a fiscalização de ozonioterapia e câmaras de bronzeamento – (DIVS);
4. Transferência de recursos financeiros do PV-VISA 2023 para estados, Distrito Federal e municípios reconhecidos como referência em suas regiões de saúde – (DIVS);
5. Reunião Nacional de Dirigentes da VS - compartilhamento de informações– (SUV/COSEMS).

GRUPO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DATA: 21 de agosto de 2023

HORÁRIO: 15h30min



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

44 LOCAL: Virtual

45

PAUTA

46 Revisão da pactuação das ações de Vigilância Sanitária (DIVS)

47

48 **1, Ações previstas para o período interepidêmico das arboviroses em SC**

49 João Fuck, diretor da Vigilância Epidemiológica, inicia, informando que o
50 Ministério da Saúde esteve aqui em SC. O aumento do número de casos de
51 dengue e a preparação nesse período intersazonal para o verão. Nas últimas
52 duas semanas tiveram algumas atividades com o MS, até para entender a
53 incorporação de novas tecnologias. Trabalharam o mapeamento de risco para
54 poder trabalhar com os municípios. Nesse mapa de risco ver como incorporar os
55 dados existentes. Foi uma avaliação da SES com o aumento de casos de dengue
56 até a elaboração do Plano de Contingência, ver o que foi aplicado. João cita que
57 conseguiram trazer algumas ações para serem aplicadas nos próximos meses
58 (set., out. e nov.). Também, trazer algumas ações demandas pelos municípios.
59 Ivânia Folster (DIVE) apresenta a proposta de ações para o enfrentamento e o
60 combate à dengue. Cita que em 2023 com relação à 2022 houve um aumento de
61 casos. O cenário da dengue no estado, mostra 83.031 casos em 2022 e 104.932
62 casos em 2023, casos confirmados. Os municípios com transmissão estavam
63 mais na Região Oeste e na Grande Florianópolis, em 2022. O número de óbitos
64 em 2022 foi 92 e em 2023 já há 91 óbitos, superior a 2022, sendo que estamos no
65 mês de agosto de 2023. A incidência maior é em idosos e idosos com
66 comorbidades. O Município de Joinville foi o que apresentou o maior número de
67 óbitos, aparecendo nos maiores municípios. Foi realizada a oficina em que foi
68 apresentado o mapeamento de risco. Ivânia esclarece que utilizaram a série
69 histórica de 10 anos, sendo que os casos de SC são mais recentes. Com relação
70 à oficina da OPAS, foi uma oficina com a participação de todos os setores
71 envolvidos para avaliar o período de 2022/2023. Isso, está sendo utilizado para
72 atualizar o Plano de Contingência. Também foram avaliados a assistência e os
73 laboratórios. Estão no momento de atualização estratégica e operacional. Haverá
74 reunião técnica com os supervisores das regiões de saúde em Florianópolis.
75 Também estão previstas oficinas macrorregionais (set. e out) e no mês de
76 novembro, um seminário estadual com a participação de todos os municípios.
77 Maria Cristina Willemann (Cosems) questiona se farão o Plano de Contingência
78 em conjunto, SES e Cosems. João Fuck informa que haverão vários movimentos.
79 O Plano de Contingência será o Plano Estadual. A partir desse Plano, poderão
80 ser pensados em Planos de Contingências Municipais. Cita que ainda estão no
81 momento de revisão interna. A ideia é trabalhar o mapeamento de risco nas
82 oficinas macrorregionais. O MS elegeu 5 municípios prioritários com maiores
83 transmissão. O estado elegeu mais 5. Cristiane (Joinville) refere que participou da
84 participação da oficina com o MS e questiona se receberão as estratégias de
85 forma oficial logo ou somente durante as oficinas macrorregionais. Pergunta,
86 porque já está elaborando o seu plano. Ivânia informa que o MS publicará em
87 setembro essas novas estratégias. Fábio Faria esclarece que a metodologia será
88 adaptada por falta de série histórica em SC. Lucas (Região Nordeste) coloca que
89 foi ótima a apresentação da Ivânia. Cita que é importante trabalhar estratégias
90 regionais. Esclarece que o Plano Estadual, às vezes, não atende as



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

91 especificidades regionais. Sugere retomar algumas pactuações já existentes. Cita
92 ainda 2 pontos importantes: o subfinanciamento dos agentes das endemias e a
93 questão do financiamento estadual. Coloca que o município aplica muito recurso
94 nesse combate à dengue. Fábio Faria, Superintendente de Vigilância, com
95 relação ao repasse estadual, o estado está em avaliação, pois foi repassado em
96 2022, mas, parece que não foi a melhor forma. Este ano, foi repassado para
97 assistência. Mas, está tendo discussão sobre isso e como se consegue acessar
98 recurso para apoiar os municípios e qual a melhor forma. Samuel (Criciúma)
99 informa que recebeu um expediente do Tribunal de Contas sobre o recurso
100 repassado pelo MS para os agentes de combate às endemias elegíveis a receber
101 esse recurso. Fábio Faria cita que está acompanhando esse estudo do Tribunal
102 de Contas. Fábio Faria, respondendo ao Lucas, cita que estão cada vez mais
103 planejando ações voltadas para as regiões. Cristiane (Joinville) pergunta quando
104 será publicado o Plano de Contingência do estado e se este interferirá nos planos
105 de contingência dos municípios. Questiona também, sobre os leitos destinados a
106 esses pacientes. Fábio Faria informa que iniciaram a revisão do Plano Estadual e
107 estão tentando colocar ações do estado voltados para o combate a epidemia. O
108 mais importante é replicar os planos de maneira regionalizada, revisando o
109 número de leitos, da APS até chegar aos leitos de UTI. Cita que é necessário
110 discutir com APS, regulação, urgência e emergência, toda a rede da assistência.
111 João Fuck, cita que é importante fazer uma revisão dos óbitos. A avaliação dos
112 óbitos e a investigação é importante para detectar onde ocorreram eventualmente
113 falhas.

114 **Encaminhamentos:** Plano Estadual de Contingência será revisado. Os
115 municípios esperam que o Plano contemplem as regionais e solicitam uma
116 revisão do financiamento.

117

118 **2. Microplanejamento para as atividades de vacinação de alta qualidade.**

119 Ariele Fialho (Gerente/DIVE) cita uma estratégia nova da OPAS adaptada pelo
120 Ministério da Saúde. Ariele Fialho cita que houve uma capacitação em Curitiba
121 sobre esse microplanejamento. As ações são as mesmas, a diferença é que essas
122 ações estarão sistematizadas. A partir de amanhã, o estado estará capacitando
123 multiplicadores.(técnicos da vigilância e da APS). A partir de setembro serão
124 capacitados os 295 municípios em oficinas descentralizadas. A multivacinação será
125 realizada de 14 a 28 de outubro, sendo o dia 21 de outubro o dia D. Para a
126 multivacinação, a Portaria GM/MS 844 de 14 de julho de 2023 prevê incentivo
127 financeiro, sendo que 60% do recurso já foi repassado. Para os municípios foram
128 R\$ 3.364.790,26 e para o estado, R\$ 336.479,02. A segunda parcela no valor de
129 40% estará vinculada ao microplanejamento. Os municípios deverão responder ao
130 questionário até o dia 10 de novembro de 2023 sobre o microplanejamento. Maria
131 Cristina Willemann (Cosems) solicita que o recurso dos municípios seja vinculado a
132 realização da Campanha e o recurso do estado vinculado à capacitação. Cristiane
133 (Joinville) solicita que sejam ampliadas as vagas. Ariele Fialho cita que elencaram
134 um técnico para cada município nesse primeiro momento. A primeira parcela foi
135 repassada em agosto de 2023. Maria Cristina cita que é responsabilidade do
136 estado a capacitação, portanto, se forem necessárias mais pessoas, serão
137 capacitadas numa segunda rodada. João Fuck ressalta que o município necessita



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

138 ter uma pessoa capacitada para receber o recurso da segunda parcela. Cristiane
139 (Joinville) cita que na ponta é difícil em função da rotatividade de pessoal. Isso
140 dificulta a operacionalização, até de coisas básicas. Acredita que será um processo
141 moroso. É necessária a equipe da assistência para acompanhar na imunização.
142 **Encaminhamentos:** Levar para aprovação na CIB.

143

144 **3. Encaminhamentos sobre a fiscalização de ozonioterapia e câmaras de**
145 **bronzamento.**

146 Lucélia Ribas (diretora DIVS) informa que recebeu o retorno do Ofício encaminhado
147 à ANVISA sobre a ozonioterapia e também tiveram um fala com o Ministério
148 Público sobre a câmara de bronzamento. Cristine Durante (DIVS) cita que entre o
149 MP e esta reunião, foi publicada uma Lei, autorizando o uso da ozonioterapia. Mesmo
150 assim, a ozonioterapia só pode ser utilizada conforme Nota Técnica da ANVISA.
151 Com relação à câmara de bronzamento, o Ministério Público vai apresentar o
152 andamento dos processos. Maria Cristina (Cosems) solicita o compartilhamento
153 dessas Notas Técnicas. Tamara Bellettini coloca que a ozonioterapia é uma picis e
154 como picis é de baixo risco, mas ela não considera a ozonioterapia de baixo risco.
155 Lucélia esclarece que no país não existe equipamento que dê conta para a
156 utilização de ozonioterapia. A ANVISA não possui registro de equipamento para
157 utilização de ozonioterapia. O que existe no país hoje e autorização para uso e
158 odontologia e limpeza de pele. Para os demais procedimentos, não existem
159 evidências científicas que comprovem e registro na ANVISA. Cristine cita que,
160 acima da Portaria do MS, existe uma Lei. Lucélia Ribas informa que no dia 5 de
161 setembro às 14h haverá a reunião com o Ministério Público sobre as câmaras de
162 bronzamento. Reunião virtual. Lucélia repassará o link de acesso. Alisson
163 (Joinville) coloca a importância de haver um alinhamento nas condutas e respostas
164 sobre as câmaras de bronzamento no estado.

165

166 **4. Transferência de recursos financeiros do PV-VISA 2023 para estados,**
167 **Distrito Federal e municípios reconhecidos como referência em suas regiões**
168 **de saúde.**

169 Lucélia Ribas (diretora da DIVS) contextualiza sobre o piso variável da vigilância,
170 informando que em 2022 por meio da Portaria 3532 de 14 de setembro instituiu que
171 as primeiras transferências para estado, DF e municípios, do piso variável da
172 vigilância seria para o fortalecimento e a execução das ações de vigilância
173 sanitária. Anteriormente o repasse era voltado para o estado para ações
174 desenvolvidas pelo estado, na gestão da qualidade e no gerenciamento de risco.
175 Cita que o piso foi discutido para se aproximar mais dos municípios. No ano de
176 2022 ele vem como incentivo para os municípios que representavam as regionais
177 de saúde com o objetivo de promover oficinas nas 17 regionais de saúde. Em
178 dezembro de 2022 foram feitas várias reuniões em alguns municípios, reuniões de
179 sensibilização. Ante ao exposto, com todas as reuniões de sensibilização
180 concluídas, e com o recurso repassado em 2022 serão realizadas as 17 oficinas.
181 Nesse sentido, em maio desse ano, a ANVISA fez uma grande oficina sobre
182 gerenciamento de risco e gestão da qualidade e a proposta para 2023 é dar uma
183 continuidade na implantação da gestão da qualidade, no gerenciamento de risco.
184 Para isso, foram elencados os municípios juntando aos 17 municípios de 2022 com



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

185 municípios de outro Plano de Microbianos para pactuarem em CIB para dar
186 continuidade a essa estratégia. Para isso, serão repassados outro incentivo. O
187 prazo de pactuação é 29 de setembro de 2023. A continuidade irá prever aquisição
188 de equipamentos e outros equipamentos para melhoria dessa proposta. Samuel
189 (Criciúma) cita que estava ciente desse montante para os municípios sede de
190 regionais para desenvolver essas oficinas. A sugestão é que se realizem oficinas
191 padronizadas. Cita que no primeiro momento, deveria ter um palestrante para todos
192 e num segundo momento, cada município trabalharia a sua realidade nas oficinas.
193 Maria Cristina Willemann concorda com a padronização nas oficinas. Coloca que
194 acha complicado um município trabalhar ações de âmbito regional. O mais
195 adequado seria o estado trabalhar as regionais. Refere ainda sobre o repasse em
196 parte para cada coisa da vigilância, isto é em 'picadinho'. Acredita que alguns
197 municípios conseguirão realizar as oficinas e outros não. Sugere encaminhar às
198 CIRs, perguntando qual o município mais adequado para sediar a oficina.

199 **Encaminhamentos:** Passar na CIB de setembro a lista de municípios que sediarão
200 as oficinas.

201

202 **5. Reunião Nacional de Dirigentes da VS - compartilhamento de informações.**

203 Fábio Gaudenzi (SUV) informa sobre a devolutiva da reunião dos dirigentes da
204 Vigilância em Saúde. O Ministério da Saúde mostrou as mudanças ocorridas nas
205 estruturas da Vigilância em Saúde no MS. Foi colocado sobre o PNI na alteração
206 do sistema de informação; sobre os frascos; revisão dos sistemas de informação;
207 microplanejamento; A meta do HIV até 2030. Para 2023 não há orçamento para
208 aumento dos ACEs e que para 2024 modificarão a forma de cálculos para os
209 ACEs. Colocarão sobre saúde do trabalhador, sobretudo na análise situacional.
210 Outro ponto levantado foi a estruturação dos LACENs, descentralizando recurso
211 para implantação e ampliação da Rede de Laboratórios e implantação de
212 Laboratório de Fronteira. Maria Cristina Willemann coloca que a primeira reunião
213 de aproximação foi divulgar o que o MS está pensando em fazer. Constatou um
214 protagonismo da Fiocruz, da Carlos Chagas e outros e o perfil das caixinhas se
215 estabelecendo. Cita que identificou que eles sabem muito menos que os estados
216 e municípios.

217

218

219

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite